

REVISTA  
**FILOSÓFICA**  
DE  
COIMBRA

vol. 20 - número 40 - outubro 2011

vol. 20 - número 40 - outubro 2011

Fundação Eng. António de Almeida



regras civilizadas do comportamento na guerra. Por fim, na parte final do opúsculo, como complemento da regra do respeito mútuo da soberania dos estados, é feita a defesa do princípio do “equilíbrio do poder” das potências de expressão marítima como forma de manter uma paz duradoura. Assim se retoma um conceito conhecido desde o século XVII para exprimir a ideia de uma regulação das relações internacionais pela antecipação contrafactual das acções dos adversários, que perdurará até à Guerra Fria.

Na presente edição da *Exposição* de A. J. Dallas acrescentou-se uma introdução de carácter histórico do editor, H. G. Callaway, notas explicativas, três apêndices contendo os tratados internacionais de Paris, o chamado tratado de Jay e o tratado de Ghent. Uma cronologia dos principais acontecimentos da época e uma bibliografia seleccionada terminam o livro. Trata-se de um documento importante para a compreensão da retórica da guerra, em geral, e para a ilustração de temas decisivos da “Guerra da Independência” dos Estados Unidos. Interessará, seguramente, os estudiosos de temas de Filosofia Política, História Moderna e Relações Internacionais.

*Edmundo Balsemão Pires*

GOMÈZ-HERAS, José M.<sup>a</sup> G.<sup>a</sup>, *En armonia com la naturaleza. Reconstrucción medioambiental de la filosofia*, Biblioteca Nueva, Madrid, 2010.

Numa época em que o termo *crise* se empobrece e gasta diariamente na omnipresença das preocupações financeiras, o texto em apreço de Gomèz-Heras, conhecido catedrático jubilado da Universidade de Salamanca, tem o mérito de colocar os assuntos em perspectiva: lembra-nos que as preocupações pela *oikos* não podem realmente obnubilar o modelo ecológico e ambiental de crise, ou seja – o que é o mesmo – não podem aquelas preocupações dispensar um modo de pensar alternativo capaz de responder aprofundadamente à complexidade dos problemas do mundo contemporâneo (cf., por exemplo, p. 25). Pensar hoje a vida e o sentido continua a exigir que se interrogue a complexidade do sentido propriamente humano de *morada*; mas este sentido, justamente, tem múltiplas e complexas dimensões às quais apenas um esforço filosófico vigoroso, forjado no horizonte de um paradigma ambiental, pode dar resposta. Neste contexto a obra de Gomèz-Heras pretende ser “um contributo para tal empresa” árdua que é a de compreender o presente do nosso modo de pertença ao mundo e aos outros a partir de uma reflexão tocada pela vida e pela *natureza* e orientada pelos valores que estas podem motivar. E esse contributo será especificamente filosófico: “nada mais. Mas também nada menos” (p. 35). Porque, de facto, não é pouco o que esta obra tem para oferecer.

O fio condutor do presente trabalho é assim enunciado pelo pensador espanhol: “Seguir os processos de perda e reencontro do homem com o seu envolvimento natural, da formação da consciência ecológica e da particular racionalidade que os avaliza” (p. 35). Note-se o triplo escopo que assim se assume: compreender o homem a partir da sua relação polémica com o meio ambiente; investigar de que modo se chega a constituir uma consciência ecológica; meditar sobre o tipo de racionalidade ou paradigma de pensamento que permita dar conta do modo fundamentalmente humano – ético – de pertença ao que envolve e sustenta o agir.

Norteados por estes eixos de interesse, e sempre usando de um estilo denso mas esclarecedor e cativante, demonstrando rara erudição e ao mesmo tempo maneando a clareza da escrita como apenas os pensadores originais são capazes, o autor organiza a obra tematicamente ao longo de oito capítulos. Cada um deles abre com um “guião”, uma espécie de mapa temático que oferece de imediato ao leitor elementos de orientação em cada momento do livro, antecipando simultaneamente o interesse da leitura ao enunciar os elementos em análise ao longo de cada capítulo. O primeiro (pp. 43-94) é dedicado a uma inventariação do contexto sócio-cultural a partir do qual o autor considera emergir a crise ecológica. Ao reconhecimento das causas fundadas no modelo moderno e científico-técnico de exploração organizada do real, acrescenta o autor considerações sobre temas como mudanças climáticas, problemas populacionais, ou exaustão de recursos, mais anotando a fragilidade axiológica que acompanhou por vezes a respectiva identificação. Neste emaranhado temático, trata-se de sublinhar um esquecimento: o da natureza; e com ele um menosprezo: o da dimensão – fundamental e constitutiva – de co-pertença entre o humano e o natural.

Uma vez constatado tal olvido, segue-se um estudo das suas raízes históricas, trabalho de que o autor se ocupa ao longo dos capítulos segundo (pp. 95-151) e terceiro (pp.152-215). Neles podemos acompanhar uma história das concepções de *natureza* que se desenrola ao longo dos seguintes “momentos”: “o legado do classicismo greco-latino: natureza e metafísica”; “a novidade do cristianismo: absorção da natureza pela meta-história”; “o poder das metáforas e a ambição dos conceitos”; “emergência da modernidade”. A estes aspectos acrescenta o capítulo terceiro uma análise exclusiva da “ciência dos modernos”, assim contribuindo para formar um mosaico de referências capaz de elucidar mesmo o leitor mais exigente.

Não se trata, no entanto, em tais capítulos, de proceder a uma mera recuperação museológica de factos mortos para os expor como curiosidades do passado. Em tal história do modo como o homem ocidental concebeu a natureza e a sua relação com ela, reconhece o autor a voz viva da história que, actualizando-se e aplicando-se à situação concreta do homem hodierno, o ajuda a compreender-se melhor no solo histórico que é o seu. Essa história, de facto, fala de nós próprios e fala-nos por isso hoje ainda; através da sua narrativa ganhamos consciência

plena, numa leitura crítica e actualizada, do modo como podemos e devemos conceber hoje a relação com a natureza, e da *atitude* que deve orientar tal relação. Porque é efectivamente de uma atitude que sempre se trata. O capítulo quarto (pp. 216-268) demonstra-o amplamente ao longo de um “monólogo com H. Jonas” (p.216). E uma “nova” atitude em relação à natureza e à vida não pode ser hoje assumida na ignorância ou incompreensão da crise ambiental.

Assim se formula um problema interessante que convoca para o debate o contexto, vasto e plurívoco, das ciências da natureza. Mais uma vez, trata-se de colocar os assuntos em perspectiva. Eis a questão: se é verdade que podemos ligar parte dos problemas ambientais ao naturalismo excessivo de uma tecnociência antropocêntrica e calculadora – promotora de uma atitude de domínio e de um modelo de progresso associado à posse –, é-o igualmente que devemos aos desenvolvimentos hodiernos das ciências da natureza um cada vez melhor entendimento dos contornos, alcance e implicações da crise ambiental. E é face a estes ensinamentos que hoje o esforço filosófico de sentido encontra o ponto de apoio para perguntar: não será necessário construir um novo modelo de ciência (p. 39), capaz de se dar conta dos desafios que se coloca e dos problemas que descobre (mas que sozinha nem sempre consegue pensar integralmente)?

Este parece-nos ser um dos pontos centrais do quinto capítulo (pp. 269-333) que termina com uma posição de fundo que importa sublinhar: face aos problemas ambientais, o desejo humano de saber e de poder deve ser ponderado a partir de novas bases, nomeadamente aquelas que o conceito ético de *responsabilidade* pode fornecer. Isto é assim porque, como se demonstra no capítulo sexto (pp. 334-387), quando a ligação do poder de conhecimento da ciência se liga ao poder avassalador da técnica o homem ganha um poder desmedido de transformação da natureza. A sua acção, neste sentido, não é nunca neutra, mas necessariamente orientada por um conjunto de convicções e valorizações. Assim se entenda e hierarquiza valorativamente, por exemplo, determinada ideia de *progresso*, *desenvolvimento*, *felicidade*, etc., assim se decide o *fazer*. A questão está em saber se uma tecno-ciência eminentemente calculadora está em condições de descobrir, estabelecer e atribuir-se sozinha valorizações orientadoras, ou se estas reclamam outrossim o contributo de todo um conjunto de outros saberes (éticos, estéticos, culturais...) para se desvendarem no seu fundo realmente humano. Para o autor é a segunda opção a resposta. De onde a tese de fundo que sustentará de modo desenvolvido ao longo do capítulo sétimo (pp. 388-438): “A relação homem-natureza implica aspectos éticos, políticos e jurídicos que transcendem as possibilidades da ciência e da técnica” (p. 41).

Não se trata aqui, no entanto, de optar ingénua e superficialmente entre ética e ciência, como se nos encontrássemos num novo terreno da luta entre o bem o mal. Do que se trata aqui é de propor um novo caminho que, forjado no horizonte de uma ética do ambiente (no sentido forte de uma ética que *pertence* à natureza), vislumbre a necessidade de superação da dicotomia

entre progresso moral e progresso científico (p. 435), a urgência da “complementaridade ética ambiental-ética dialógico-social” (p. 436) e a importância de “compensar com valores naturais a vacuidade do formalismo kantiano” (p. 437) – tudo isto em nome da formulação de uma nova racionalidade prática que seja capaz de “reivindicar o primado da ética (Wertwelt) como mundo a partir do qual a ciência e a técnica encontram sentido na sua conduta com a natureza” (p. 42).

Este será o argumento central do derradeiro capítulo do livro (o capítulo oitavo, pp. 439-494) cujo título, polémico e provocador, é o seguinte: “O Resgate da dimensão perdida: A ecologia – novo paradigma hermenêutico?” (p. 439) “Novo paradigma” porque do que se trata, segundo o autor, é de fundar “um estilo de cultura alternativo”, um modo novo de pensar a relação ao mundo a partir de um *a priori* da compreensão que é o *mundo vivido* (p. 440), de um horizonte de interpretação que pensa esse mundo através de uma hermenêutica das experiências “estéticas, éticas e religiosas” de pertença, intimidade e relação, e de um círculo hermenêutico entre a explicação científica e uma renovada axiologia ambiental (cf. p. 441). Os caminhos de reflexão que este último capítulo torna possíveis são, a partir daqui, vários e igualmente apelativos. À maneira hermenêutica, diríamos que permanecem à espera que cada leitor competente e preocupado com as temáticas ambientais as aproprie e actualize para que o seu sentido continue a ser libertado.

Sejam-nos permitidas duas notas finais: a primeira para aconselhar vivamente este trabalho de raro interesse e ampla proficuidade para o âmbito de uma alargada *filosofia da natureza*; a segunda para notar que “os pertinentes índices”, anunciados na página 36, não figuram na edição que nos foi dada a ler. Numa obra tão rica de referências e tão preenchida de diálogos com ampla galeria de pensadores, sente-se a sua falta.

*Luís António Umbelino*